



**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Bom dia a todos os presentes — Parlamentares, Deputados, Deputadas, assessores parlamentares, imprensa, *TV Câmara*, *Jornal da Câmara*, demais integrantes da imprensa escrita e falada do País. Agradeço a presença de todos os assistentes sociais.

Em nome do Presidente Antonio Brito, declaro aberta a presente reunião, informando aos Srs. Parlamentares que ela está sendo transmitida ao vivo pela Internet, no *site* da Câmara. Informo ainda que as imagens e o áudio estarão disponíveis para serem baixados na página desta Comissão, logo após o encerramento dos trabalhos, e que as fotos do evento serão disponibilizadas no banco de imagens da Agência Câmara, na página da Câmara. Informo que as imagens da *TV Câmara* poderão ser solicitadas junto à Secretaria desta Comissão.

Esta reunião de audiência pública foi convocada nos termos regimentais, em virtude da aprovação dos Requerimentos nºs 119 e 245, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, e subscritos pelas Deputadas Laura Carneiro, Conceição Sampaio, Carmen Zanotto e Benedita da Silva, e pelo Deputado Odorico Monteiro, para debater as condições técnicas de trabalho e a valorização do exercício profissional da categoria dos assistentes sociais.

Convido para compor a Mesa — já lhes agradecendo pela presença — a Presidente da Federação Nacional dos Assistentes Sociais, Maria Laura Carvalho Bicca (*palmas*); representando o Ministério do Planejamento, Dra. Rosana Ramos (*palmas*); representando o Ministério do Desenvolvimento Social, o nosso estimado Diretor do Departamento de Gestão do SUAS, José Crus (*palmas*); a Primeira Secretária do Conselho Federal de Serviço Social, Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (*palmas*); a gestora do Município de Monte Alegre, representando o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social — CONGEMAS, Maria Gorette Gabriel Soares (*palmas*).

Registramos a presença do Deputado Eduardo Barbosa, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e da Deputada Rosângela Curado, do Maranhão.

Quebrando o protocolo, concedo a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão.

**O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO** (PT - MG) - Bom dia, pessoal. Deputado Raimundo Gomes de Matos, demais componentes da Mesa, estou aqui apenas para reafirmar meu compromisso com a luta de vocês. Também sou da Comissão de



Seguridade Social, Saúde e Família. Acontecerá agora uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da questão indígena e da FUNAI, da qual sou membro efetivo e para a qual estou sendo convocado a participar. Infelizmente, não posso ficar fisicamente aqui com vocês, mas espiritualmente, no compromisso de luta, na compreensão de que os avanços da assistência social se faz pelos sujeitos, principalmente pelas mulheres, em se tratando de gênero, pois elas em maior número participam dessa luta. Considero todos aqui irmãos e irmãs gêmeas da nossa luta pela saúde, pelo SUS. O Sistema Único de Assistência Social — SUAS foi gestado com a mesma identidade de luta, de participação popular, de controle social.

Contem comigo, sou parceiro nessa luta, estou ao lado de vocês nas reivindicações tão legítimas, importantes, urgentes e necessárias no Congresso Nacional.

Deputado Raimundo Gomes de Matos e demais Deputados presentes, embora eu não tenha subscrito o requerimento, sou parceiro nessa luta para fazer da assistência social a grande política de resgate da dignidade humana, da promoção e inclusão social.

Eu disse ontem na Comissão e quero afirmar aqui, em relação ao orçamento que está sendo proposto, principalmente do ponto de vista dos recursos necessários ao Bolsa Família — sei que vocês são parceiros nessa luta —, que não podemos admitir o retrocesso em um milímetro sequer, porque é aí que fazemos justiça social, inclusão social e cidadania.

Volto a repetir, estou com vocês nessa luta.

Muito obrigado.

Um abraço ao Deputado Raimundo, a vocês todos e todas. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Muito obrigado, Deputado.

Quebrando o protocolo, porque há várias audiências hoje na Casa, vamos ouvir o Líder Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PP - SP) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, esta discussão é extremamente importante, porque nós sabemos que quando falta recurso, o primeiro lugar em que querem fazer cortes é a área social. Essa é uma briga muito importante.

Vocês viram o absurdo comentário de que o aumento do salário mínimo, em vez de ocorrer em janeiro, passaria para maio, para cortar recursos daqueles que mais precisam.



Lutamos inclusive para mudar o critério da Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, que considera que o acesso ao benefício depende de a renda *per capita* ser inferior a um quarto do salário mínimo. Isso acaba inviabilizando a oportunidade de vocês atenderem, como assistentes sociais, as necessidades de uma família que passa por muitas dificuldades.

Dentro do contexto da seguridade social, a assistência social é a prima pobre, sempre deixada para lá. Primeiro vêm os problemas da saúde, depois os da Previdência; e, por último, a assistência social. Sabemos que, em alguns casos, a assistência social é a primeira, ela não pode ser colocada por último. Se não fossem vocês, certamente não teríamos o SUAS. Essa foi uma luta de vocês, assistentes sociais.

Estou aqui para dar um abraço em vocês e lhes dizer: "*Coitados dos coitados se não houvesse assistência social*".

Parabéns a vocês! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Muito bem.

É importante a presença do Deputado Arnaldo, que é um grande lutador pela seguridade social nesta Casa, para que possamos não só ter recursos orçamentários, mas termos legislação que possa garantir o funcionamento da estrutura da área da assistência social.

Parabéns, Deputado Arnaldo!

Tem a palavra a Deputada Rosângela Curado, representante do Maranhão.

**A SRA. ROSÂNGELA CURADO** (PDT - MA) - Quero saudar todos nesta manhã, em especial nossos amigos Deputados e assistentes sociais.

Quero lhes dizer que fui convocada ontem pela nossa amiga Diana Jardim, do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Maranhão, para que eu me fizesse presente aqui. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar todas as assistentes sociais do Maranhão, representadas por uma grande amiga que acompanhei e a quem pude dar uma força para que fosse assistente social. Sou cirurgiã-dentista de formação, e notei que ela tinha muito jeito no consultório odontológico onde trabalhava, tratava as pessoas sempre com muito carinho e dedicação. Eu perguntei: "*Célia, por que você não faz o curso de assistente social?*" Hoje ela é concursada no Tocantins, concursada em Imperatriz. Quero saudar todas as



assistentes sociais do Maranhão representadas pela Célia Cerqueira, que realmente tem feito um trabalho diferenciado.

Não é fácil falar do papel do assistente social. Eu observo isso ao longo dos anos, como militante do Sistema Único de Saúde, e tenho acompanhado a luta para que o SUAS fosse de fato ser efetivado. Sempre que há problemas, sobretudo na área da saúde, mandam procurar a assistente social. Se um Tratamento Fora de Domicílio — TFD não sai: "*Procure a assistente social*". Se não se está conseguindo um leito de UTI: "*Procure a assistente social*". Temos visto a sobrecarga de trabalho, o quanto o trabalho de vocês é árduo.

Vocês têm verdadeiramente uma missão. Vocês são missionárias a favor do Brasil onde vocês militam e trabalham. Por isso, apoiamos todas as políticas que lhes favoreçam, em todos os aspectos, para que vocês possam continuar trabalhando e também tendo sua recompensa por esse trabalho árduo e essa dedicação a cada uma das famílias brasileiras que atendem, seja no Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, seja no Centro de Referência da Assistência Social — CRAS, seja em qualquer dos programas sociais, seja na área da saúde.

Contem conosco, com a nossa militância no Maranhão. Que vocês possam estar sempre respaldados por esta Casa, para que a diferença possa se estabelecer pelo trabalho árduo, com o afincamento e a dedicação de vocês a cada dia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradecemos à Deputada Rosângela.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, quero dizer que nesta Casa tramitam vários projetos que tratam de recursos humanos da assistência social, como o que estabelece o piso salarial da categoria, a inclusão dos profissionais assistentes sociais nas escolas, a presença de assistentes sociais na área da saúde, lado a lado no Programa Saúde da Família — PSF, assim como o que dispõe sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais.

Em relação à estrutura dos CRAS, existe uma proposição também de nossa autoria para garantir o uso dos recursos do FGTS para a construção dos CRAS. Sabemos que há dificuldade para o funcionamento dos CRAS nas cidades do interior do País. Na



regulamentação do uso de recursos do FGTS para o Minha Casa, Minha Vida há uma cláusula indicando que o conselho gestor poderá incluir equipamentos de interesse social.

Já que o CRAS é um equipamento de interesse social, a nossa propositura é para que ele também seja contemplado com recursos, para que haja essa pactuação com o Ministério do Desenvolvimento Social — MDS e com esta Casa nessa normatização, a fim de que haja condições de trabalho, estrutura física e equipamentos para o bom desempenho das atividades que os senhores desenvolvem.

Passo agora a palavra ao representante da nossa Ministra Tereza, o estimado Sr. José Crus, para as suas considerações.

Convido também para compor a Mesa a Presidente da Federação Nacional dos Assistentes Sociais — FENAS, a Sra. Maria Laura. (*Palmas.*)

**O SR. JOSÉ CRUS** - Bom dia a todos e todas.

Quero externar a nossa alegria de, mais uma vez, estar nesta Casa Legislativa mais uma vez com uma pauta tão cara e importante para as políticas públicas sociais do nosso País.

Quero cumprimentar com muito carinho o Deputado Raimundo Gomes de Matos, que preside esta reunião de audiência pública, e, em seu nome, os Deputados e Deputadas que se fazem presentes; as Sras. Maria Laura e Tânia, que compõem comigo esta Mesa; e todos e todas, em nome da nossa querida Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Campello, que externou um forte e fraterno abraço a todos os Deputados e Deputadas desta Casa e a todos os assistentes sociais que aqui participam desta audiência.

Para nós, é um momento de orgulho e comemoração, porque, neste ano, nós estamos comemorando os 10 anos de implantação do Sistema Único de Assistência Social no nosso País. Foi fruto do engajamento de profissionais, em especial assistentes sociais e psicólogos, entre outros que integram o sistema. Houve um forte movimento dos Governos Federal, Estadual e Municipal para que, de fato, pudéssemos virar a página de um modelo de assistência social implantando neste País e ancorado em características assistencialistas. Então, este é um ano de muita comemoração.

Para nós, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é uma honra compor esta Mesa e participar desta audiência para discutir um tema muito caro que é a valorização dos profissionais que integram o Sistema Único de Assistência Social.



Eu quero muito cumprimentar aqui a categoria dos assistentes sociais em nome da Federação Nacional dos Assistentes Sociais — FENAS, do Conselho Federal de Serviço Social — CFESS e de todo o movimento de luta dessa aguerrida categoria profissional, da qual eu me orgulho de fazer parte.

Cumprimento também o Deputado Antonio Brito, que ora preside a Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Este é um momento muito importante, Deputado, e um orgulho para nós comemorarmos este ano os 10 anos de implantação do SUAS no Brasil. Já sabemos que no dia 10, bem ao final da conferência, haverá uma nova audiência, nesta Casa, em comemoração aos 10 anos de implantação do SUAS no Brasil e aos 20 anos de um movimento conferencial importante que nos deu base, sustentação para que nós pudéssemos estruturar uma política pública ancorada no Direito, em normativos importantes construídos ao longo desses 10 anos para que, de fato, nós pudéssemos tratar a assistência social como política pública de Estado.

Implantamos o SUAS, chegamos a todos os 5.570 Municípios brasileiros, e hoje ele está presente com uma oferta de serviços e benefícios em todos os territórios nacionais. Essa é uma vitória, uma conquista civilizatória que nos permitiu tratar a assistência social como política pública, não mais como prima pobre. Hoje falamos de uma política pública que só com o financiamento federal chega a 70 bilhões de reais. Falamos de uma política estruturada, com estruturas públicas estatais como o CRAS, o CREAS, o Centro POP, com unidades de acolhimento institucional, enfim, uma rede socioassistencial estruturada e implantada em todo o território nacional. Para nós, isso é motivo de orgulho.

A nossa força de trabalho na assistência social atualmente é de cerca de 600 mil profissionais. Nós estamos falando de profissionais, não estamos falando mais de uma categoria que abolimos que é a de voluntários, que, historicamente, perpassava pela área da assistência social, se olharmos no retrovisor, há 10 anos. Estamos falando de uma força de trabalho de profissionais, homens e mulheres, concursados, contratados que somam 597.432 trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.

Há 326.861 profissionais nas entidades e organizações de assistência social que integram a rede socioassistencial e 270.571 nas unidades públicas estatais do Sistema



Único de Assistência Social. Nós estamos falando de um número expressivo de profissionais.

Os senhores sabem que 12 categorias profissionais integram o SUAS. Há um destaque para o serviço social no âmbito da gestão pública estadual, nos órgãos gestores e nas nossas unidades de CRAS, CREAS e Centro POP. Vejam que hoje há 33.434 assistentes sociais e 9.235 nas entidades e organizações de assistência social, totalizando 42.669 profissionais de serviço social na política pública de assistência social. Do total de 96.796 profissionais de nível superior que integram o SUAS, 31,41% são do serviço social.

Como o nosso tempo é bastante reduzido — esta apresentação está à disposição dos senhores —, vejam a lotação desse profissional em todas as nossas unidades. Em 8.088 CRAS, há 17.567 profissionais do serviço social em todo o nosso País, e os dados por região do País também estão disponíveis para que os senhores possam acessá-los.

A principal atividade do profissional de serviço social em cada unidade, em cada serviço. Por exemplo, em referência ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família — PAIF, 76% dos profissionais que estão no CRAS exercem como principal atividade a oferta desse serviço.

Há também o vínculo de trabalho desse profissional. Vejam que, nas nossas unidades de CRAS, 41% desses profissionais são estatutários, concursados; 8%, empregados públicos, e 42% — é o grande desafio —, contratados por outros vínculos. São profissionais contratados por empresas, ONGs, pregões eletrônicos, as várias formas de contratação que fragilizam o vínculo desse profissional no âmbito da assistência social. Esse é um grande desafio, e esta audiência, sem dúvidas, vem ao encontro desses desafios.

Nós estamos falando de uma força de trabalho — inclusive vamos tratar desse assunto — que tem uma condição feminina. Na área da assistência social, 95% do público profissional é feminino. Aí há as faixas etárias.

Nos centros de convivência é da mesma forma: o vínculo, a faixa etária, o número de profissionais. Esses dados vão ficar à disposição para que os senhores possam acessá-los.

O serviço social no SUAS. Os assistentes sociais compõem, como eu disse, o Sistema Único de Assistência Social na totalidade do território nacional, sendo categoria



profissional mais presente seja na gestão do sistema, seja no provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios e na transferência de renda da assistência social, e, ainda, com participação no controle social. Esse profissional tem no cenário nacional importante papel e ação na história e na construção, defesa e consolidação dos direitos sociais, no reconhecimento da diversidade e particularidades sociais e regionais e na atenção das necessidades e demandas sociais coletivas e individuais, demarcando sua centralidade no processo de construção e fortalecimento da democracia brasileira. É também um profissional que está ancorado no seu código de ética, um projeto ético-político baseado nos valores fundantes da igualdade, liberdade e justiça social, aliados à exigência democrática como padrão de organização político-social.

No âmbito do Ministério, nós temos uma Coordenação-Geral de Gestão do Trabalho, uma área importante e estratégica que tem pautado as questões do trabalho e dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Como eu disse, senhores e senhores, houve todo um esforço para implantar o SUAS neste Brasil, e nós estamos agora em uma segunda fase, a do aprimoramento da gestão desse sistema e da qualidade da oferta do serviço. Portanto, a gestão do trabalho assume uma função estratégica importante para a assistência social neste momento, tendo em vista que o direito socioassistencial é materializado por profissionais. Nós não contamos com outra tecnologia, contamos com a principal tecnologia da assistência social que são os profissionais que integram o sistema.

Na área da assistência social, há uma norma específica de recursos humanos, uma importante norma operacional básica de recursos humanos, que demarca o caráter público das ofertas, que trata dos princípios éticos para a atuação no campo da assistência social, que estabelece uma concepção importante de referência de proteção social. Enfim, estabelece uma equipe de referência e torna obrigatória a presença de assistentes sociais e psicólogos em todas as nossas unidades, seja no âmbito da proteção social básica, seja no âmbito da proteção social especial. Foi um grande avanço a obrigatoriedade da presença desses profissionais nas unidades públicas da assistência social.

Uma norma operacional básica que também, em 2006, apontava uma política de educação permanente para a área da assistência social, demarcando a necessidade da qualificação desse profissional que integra o nosso sistema, estabelecia diretrizes para os





planos de cargos, carreiras e salários e atribuições dos entes federativos. Nós sabemos que os entes são autônomos, têm essa prerrogativa, mas há todo um esforço do Governo Federal para que nós estabeleçamos diretrizes e princípios aos Municípios e Estados a fim de que possam aprimorar a gestão do seu sistema e valorizar os seus profissionais.

No âmbito da gestão do trabalho, em 2012, nós tentamos também traduzir melhor a concepção dessa área, o que significa gestão do trabalho no âmbito da assistência social. Nós traduzimos como uma área que *"Compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios"*. (art. 109 do NOB/SUAS).

A valorização do trabalhador compreende a realização de concursos públicos, a avaliação de desempenho, a educação permanente para os profissionais, as Mesas de negociação no âmbito dos Governos Estaduais, Municipais e do Governo Federal, os planos de cargos, carreiras e salários e uma política de saúde do trabalhador. A estruturação do processo de trabalho, que traduzimos na Norma Operacional Básica — NOB, do SUAS, de 2012, compreende os desenhos organizacionais, os processos de negociação do trabalho, os sistemas de informação e a supervisão técnica. Enfim, nós tentamos traduzir nos normativos todos os aspectos que dizem respeito à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho.

Houve um grande avanço nos normativos, no âmbito da assistência social, para tratar o trabalho social e os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Há várias normas como a NOB-RH/SUAS, que avança na concepção da gestão do trabalho. É o único sistema que hoje tem como garantia em lei que o cofinanciamento federal pode ser utilizado para o pagamento de profissionais concursados, efetivos da equipe de referência da proteção social básica e da proteção social especial, para aqueles trabalhadores que exerçam a função de gestão e do provimento dos serviços e dos benefícios no campo da assistência social.

Essa foi uma luta histórica, representou um avanço, foi uma conquista dos trabalhadores ter hoje traduzido na Lei Orgânica de Assistência Social — LOAS, no seu art. 6º-E, a autorização para que Estados e Municípios possam utilizar o cofinanciamento federal para a contratação de profissionais para o seu quadro próprio. Essa foi uma das



nossas grandes conquistas. É o único sistema que tem autorização em lei para essa finalidade.

Essa é uma discussão importante que temos feito para sermos orientados, passo a passo, sobre como realizar os concursos públicos. Realizar concurso público por si só não resolve. É preciso que haja concursos públicos com perfis desenhados, bem como é importante pensar no perfil para a assistência social. Estamos fazendo essa discussão com o Conselho Federal de Serviço Social e com o Conselho Federal de Psicologia para que possamos orientar melhor os gestores municipais na estruturação e na organização dos seus concursos públicos e o edital tenha o perfil desse profissional desenhado. Ou seja, que contenha referências bibliográficas específicas, não referências bibliográficas de saúde ou de educação, para os profissionais que vão ingressar no campo da assistência social. Então, nós estamos fazendo uma importante discussão.

Instituímos o Programa Nacional de Capacitação do SUAS — CapacitaSUAS, hoje presente em todos os Estados da Federação, numa gestão compartilhada com os Governos Estaduais, com cursos estruturados, ancorados no princípio da educação permanente. Nós estamos acompanhando a execução desse programa tão importante.

Como eu disse, nós temos hoje a Política Nacional de Educação Permanente para a valorização desse profissional. A Resolução nº 17, de 2011, foi um grande avanço, porque o assistente social foi reconhecido junto a mais 12 categorias profissionais. A Resolução nº 9, de 2014, reconhece e ratifica as equipes e os profissionais de ensino médio e fundamental. A Portaria nº 137, de 2013, institui a Mesa Nacional da Gestão do Trabalho do SUAS. Já me referi à política nacional. Então, há todo um esforço para a desprecarização dos vínculos de trabalho no campo da assistência social.

Estamos orientando a realização dos concursos públicos, tentando traduzir o caráter público e de continuidade da oferta dos serviços e a concepção de referência no âmbito da assistência social. Essa é uma discussão importante que estamos fazendo. É preciso ter servidores públicos contratados mediante aprovação em concurso público. Desde 2011, quando a lei autorizou a utilização do cofinanciamento federal para o concurso público, estamos fazendo uma gestão e olhando o movimento dos Municípios. Há 62% dos Municípios utilizando o cofinanciamento federal para essa finalidade. Esse é um grande avanço, assim como a realização dos concursos públicos. Vejam que, de 2010 a



2014, 2.638 Municípios realizaram concurso público, seja para selecionar profissional de ensino superior, seja para selecionar profissional de ensino médio.

Recentemente a Ministra Tereza instalou a Mesa Nacional da Gestão do Trabalho. Houve um ato de instalação. Já houve a primeira reunião e também já acordamos o Regimento Interno desta Mesa. Iniciaremos o ano que vem com uma forte agenda. Para nós, essa é uma instância importante, estratégica, neste momento, de aprimoramento da gestão do SUAS. Está aqui a Margareth Dallaruvera, da FENAS, o Anselmo. Os dois integram esta Mesa Nacional da Gestão do Trabalho. Para nós, essa é uma instância nova e importante. Na semana passada, houve a primeira reunião, onde já acordamos o Regimento Interno da Mesa e uma agenda de trabalho importante, que vai ser discutida na nossa primeira reunião, no início de 2016.

Esta Mesa tem vários objetivos colocados no âmbito do SUAS e que nos desafiam no nosso cotidiano: acompanhar a execução das ações voltadas à gestão do trabalho; promover o debate quanto à negociação e à gestão do trabalho; propor princípios e diretrizes para a implementação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos; propor princípios e diretrizes de condições técnicas e éticas de trabalho; contribuir com o processo de identificação das categorias profissionais de nível superior, médio e fundamental; propor princípios e diretrizes para as ações de capacitação e de formação de gestores, trabalhadores e conselheiros, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente; estabelecer diálogo e acordos com associações de ensino e pesquisa, instituições de ensino superior, escolas de governo, institutos federais, entre outras instituições formadoras, e o Núcleo Nacional de Educação Permanente, para propor conteúdos relativos ao SUAS a serem incluídos nos currículos de cursos das categorias profissionais que compõem a Política Nacional de Assistência Social; propor princípios e diretrizes para a instituição das mesas de gestão do trabalho no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; propor princípios e diretrizes para o aperfeiçoamento dos vínculos no trabalho no SUAS; promover o debate sobre temas transversais que impactam o trabalho no sistema, como gênero e orientação sexual, direitos humanos, questão racial, entre outros; estabelecer diálogo e agenda conjunta com os usuários por meio do Fórum Nacional dos Usuários; estabelecer princípios e diretrizes para a formulação de Planos de Cargos, Carreiras e Salários; estabelecer o diálogo sobre a condição da mulher no campo da assistência social. A



condição feminina vai ser pautada na Mesa, vai ser discutida pelo número expressivo de mulheres na assistência social.

A efetivação do SUAS, com a qualidade e o alcance almejados, passa pela reconfiguração do trabalho social nesta área, no sentido de sua valorização, desfragmentação, profissionalização e formação técnica, política e ética.

Quero dizer que nós, no Ministério, estamos à disposição desta Casa Legislativa para continuarmos avançando na instituição de instrumentos importantes rumo à valorização dos quase 600 mil profissionais que integram a assistência social brasileira.

Deputado Raimundo Gomes de Matos, nós estamos sempre à disposição desta Casa, para avançarmos nas legislações que passam por esta Casa e que têm grande relevância para a assistência social.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Nós agradecemos ao nosso estimado José Crus, Diretor de Gestão do SUAS, que está aqui representando o Ministério do Desenvolvimento Social.

Com grande prazer, registramos a presença do nosso Presidente desta Comissão, o Deputado Antonio Brito (*palmas*), que vem fazendo uma grande articulação na área da Seguridade Social, englobando a saúde, a Previdência Social, a assistência social. A presença dele demonstra o compromisso que tem não somente em presidir a Comissão, mas também com o trabalho de todos vocês que fazem a assistência social no nosso País.

Passo a palavra ao nosso Presidente, o Deputado Antonio Brito.

**O SR. ANTONIO BRITO** (Bloco/PSD - BA) - Bom dia a todos e a todas.

Eu queria saudar a Mesa, o nosso Deputado Raimundo Gomes de Matos, autor do requerimento, a FENAS, o CFESS, enfim todos os presentes.

Estava aqui conversando com a Maria Laura sobre todo o debate que nós vamos fazer.

Também quero saudar a Deputada Conceição Sampaio, nossa Deputada do Amazonas; e o Deputado Flavio Nogueira, que são atuantes, que permanecem sempre na nossa Comissão.

Eu estava conversando com a Maria Laura, até para que tenhamos a dimensão do que estamos fazendo aqui. Foi traçado por esta Comissão — que é hoje a segunda maior



da Casa; só perde para a CCJ — que nós iríamos trabalhar as três políticas públicas que compõem o tripé da Seguridade Social, assim como está na Constituição Federal. Muitos a entendiam como uma Comissão de saúde. Considero fundamental a área da saúde, mas nós precisamos equilibrar o tripé da Seguridade Social. E acho que vamos terminar o ano conseguindo fazer isso.

Portanto, conforme preconiza o Regimento, nossa composição retornou as três Subcomissões Permanentes: da área da saúde, presidida pelo Deputado Odorico Monteiro, da área da assistência social, presidida pelo Deputado Eduardo Barbosa, da área da Previdência Social, presidida pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá. Dessa forma, cada Subcomissão pode atuar, elevando e trabalhando as políticas públicas da Comissão de Seguridade Social e Família.

Também criamos três Subcomissões especiais, guardando as paridades. Uma foi sobre a reestruturação do SUS, que já entregou o relatório. Ontem eu fiz a entrega do meu relatório na Subcomissão para avaliar as políticas da saúde e da assistência social da população negra, presidida pela Deputada Benedita da Silva, que é assistente social. Teremos ainda uma Subcomissão sobre a carreira médica.

Tenho visto, no Deputado Raimundo Gomes de Matos, um trabalho incansável. Nós temos debatido a todo momento. Tivemos aqui um importante seminário, neste ano, com a presença da Ministra Tereza Campello. Nós vamos fazer vários debates. A Conferência Nacional de Assistência Social está se avizinando, ocorrerá no mês de dezembro.

Acho fundamental a valorização do papel do assistente social. Eu estava comentando, neste momento, com a Maria Laura — não é que eu não estivesse prestando atenção, mas conversávamos a cada momento — que militei, desde que comecei a minha carreira, não só pública, na assistência social. Os baianos sabem que eu presidi o Conselho Municipal de Assistência Social de Salvador. Depois presidi o Conselho Nacional de Assistência Social, quando também presidi a 3ª Conferência Nacional de Assistência Social. Preparamos também as bases para o SUAS com a pesquisa LOAS mais 10, com a reestruturação do sistema, na 4ª Conferência Nacional que fizemos. Em 2003 e 2004, também fizemos um trabalho grande na Prefeitura de Salvador como Secretário de Assistência Social. Também milito na saúde por meio das Santas Casas.



Portanto, a visão tem que ser integrada e nós temos que avançar fortemente. Conversei com o Deputado Raimundo e, ato contínuo, houve um projeto neste ano da Deputada Alice Portugal sobre a inclusão do Saúde da Família. Prontamente entendi que o Deputado Raimundo — foi até ele que fez solicitação a todo momento — já está com o relatório concluído. Vamos incluí-lo em pauta ainda em dezembro, para garantirmos a deliberação da nossa Comissão de Seguridade Social sobre esse assunto.

Quanto aos demais temas, com certeza, vamos falar com o Deputado Pauderney Avelino, com representantes do Ministério, para avançarmos na valorização da categoria, da profissão, porque entendo assim. Eu fui forjado na vida pública com esse entendimento sobre o trabalho do assistente social. É evidente que a construção da política de assistência social não é exclusiva do assistente social. Essa é uma política multifacetária, multidisciplinar, de que todos devem participar. Inclusive, não sou assistente social, mas minha esposa o é. Entendo que, sem uma clareza, sem a valorização, inclusive salarial, sem a reestruturação da carreira de assistência social, não podemos trabalhar e pensar sobre a Política Nacional de Assistência Social. (*Palmas.*)

Por esse motivo, coloquei a Comissão nesse patamar, por aquiescência, por acordo dos meus pares. Presidente de Comissão não é Presidente de si mesmo. Os Deputados presentes são atuantes. Vejam o exemplo da Deputada Conceição Sampaio, que toda a vez narra sobre o Amazonas, Estado que precisa muito de assistentes sociais. Nós conversávamos outro dia sobre o Amazonas. Vou citar esse exemplo rapidamente e encerrar.

Vejo o CFESS presente a essa luta grande.

O Estado do Amazonas é tão grande — sei que o País é também — que nós destinamos uma emenda de Comissão só para tratar dos navios necessários para levar atendimento de saúde no Estado do Amazonas. E ela me contava como chegava aos locais de hidroavião, tendo de pular para a lancha. Olhem, o País é muito grande. Se nós não tivermos categorias preparadas e fortes para lutar pelo social, pela assistência social, pelo serviço social, que é no que acreditamos, não teremos como chegar à população vulnerável, que precisa, de fato, da nossa chegada, porque é quem mais necessita de inclusão social neste País.

Portanto, muito obrigado por este espaço. Eu gostaria de ficar mais tempo, mas representarei a Câmara dos Deputados logo mais na África do Sul, para tratar da



tuberculose, um problema muito grave. Nós estaremos reunidos com os Ministros do BRICS para tratar da tuberculose, que também necessita de um apoio muito grande do serviço social e dos assistentes sociais. Vou viajar logo mais, mas fiz questão de vir aqui dizer que a Comissão seguirá como os Deputados querem, com o tripé da seguridade e valorização da assistência social e dos assistentes sociais.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradecemos ao Presidente Antonio Brito. Entendemos a sua agenda e queremos ressaltar e reafirmar o seu compromisso, na condição de Presidente da Comissão, em dinamizá-la, como bem frisou, dando espaço às áreas da assistência social, da previdência e da saúde.

Anteriormente, a pauta da Comissão era praticamente só da saúde. Hoje, não, haja vista este momento separado pelo Presidente Antonio Brito e pelo Rubens, Secretário da Comissão, para que vocês pudessem participar deste debate, também tendo esta acolhida na Câmara Federal.

Deputada Conceição Sampaio, V.Exa. quer dar uma palavrinha?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Então, vamos passar a palavra à Sra. Tânia Maria Ramos Godoi Diniz, do Conselho Federal de Serviço Social.

**A SRA. TÂNIA MARIA RAMOS GODOI DINIZ** - Bom dia a todas e a todos.

Em nome do Conselho Federal de Serviço Social, eu queria saudar o Deputado Raimundo, o Deputado Antonio e os demais Deputados presentes. Saúdo as assistentes sociais e os assistentes sociais presentes e trago a saudação do nosso Conselheiro Presidente, Maurílio Matos, a todos vocês. E saúdo a Maria Laura e o José Crus, que estão conosco na Mesa desta audiência.

Eu vou rapidamente fazer um diálogo com vocês a partir de algumas referências do que nós denominamos conjunto CFESS/CRESS, frisando a defesa do exercício profissional do assistente social e da assistente social.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu coloquei aí, só para chamar atenção, a nossa campanha deste ano: *Assistente Social — Profissional de Luta, Profissional Presente!* Esse é o exercício que vocês estão fazendo.



Quero dizer que a profissão de assistente social, a nossa profissão, é uma das primeiras na área social no Brasil a ser regulamentada. Nossa regulamentação veio com a Lei nº 8.662, de 1993, que estabelece, de forma objetiva, as competências e atribuições do assistente social e o fundamento legal da existência dos órgãos de fiscalização: o Conselho Federal de Serviço Social — CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social — CRESS.

Na verdade, a fiscalização é a principal razão de ser dos conselhos de profissão, que a fazem em nome do Estado, amparados na natureza jurídica de autarquias públicas.

No Conselho Federal de Serviço Social, no conjunto CFESS/CRESS, a fiscalização ocorre com base na lei de regulamentação da profissão, no código de ética profissional e na Política Nacional de Fiscalização.

Quero fazer até uma referência à fala do José Crus. A fiscalização, para nós, tem a função de assegurar a defesa do espaço profissional e a melhoria da qualidade do atendimento aos usuários do serviço social. Na verdade, essa é a diretriz da nossa fiscalização. Para nós, a fiscalização é um instrumento de defesa da sociedade. É nesse sentido que desenhamos a agenda pública do conjunto CFESS/CRESS.

Nós nos organizamos em comissões de trabalho. As várias comissões — seguridade social, formação profissional, ética e direitos humanos — defendem o exercício profissional e os espaços de atuação profissional.

Nós entendemos que o trabalho dos assistentes sociais está, majoritariamente, no campo da seguridade social, na defesa dos direitos, no acesso dos usuários às políticas sociais. E, nesse sentido, defendemos as condições adequadas do trabalho profissional, do exercício profissional. Inclusive, viemos para esta audiência para podermos, neste debate, garantir...

No conjunto CFESS/CRESS, com a possibilidade que temos de conhecer os espaços profissionais pelo Brasil, temos observado, sim, a precariedade das condições de trabalho profissional. Então, é por isso que nos somamos à luta dos assistentes sociais, de forma geral, na defesa do exercício profissional e na defesa das condições de trabalho profissional.

Quero falar um pouco sobre o nosso perfil profissional. Na verdade, temos uma base de dados que nos diz um pouco quem são os assistentes sociais, e essa base de dados é alimentada a partir da fiscalização. Como o exercício da fiscalização acaba sendo





precarizado, estamos com uma proposta de atualização dos dados do perfil profissional nacional.

A partir do ano que vem, vamos começar um recadastramento nacional dos assistentes sociais. Nós vamos substituir as atuais carteiras e cédulas de identidade. A partir desse mecanismo, também vamos fazer a pesquisa do perfil do assistente social, da realidade do exercício profissional e das condições éticas e técnicas do trabalho profissional.

Hoje, esses dados ainda se referem a uma pesquisa que fizemos em 2005. Portanto, são dados absolutamente desatualizados, mas ainda referenciados. Eles diziam que, desses profissionais, 97% eram do sexo feminino; 77% apresentavam apenas um vínculo empregatício; 78% estavam no serviço público. Nós sabemos que esses dados, hoje, apresentam defasagem do ponto de vista do vínculo empregatício. Nós sabemos de profissionais com mais de um vínculo empregatício. E há mudanças também nos espaços de trabalho profissional. Acho que é importante informarmos também a nossa relação tanto com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social — ABEPSS, do ponto de vista da formação profissional, e também com a ENESSO — Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, nessa perspectiva de construir essa profissão, de construir o serviço social.

Hoje, nós estamos com 161.023 assistentes sociais no Brasil. Somos 26 Conselhos Regionais de Serviço Social e uma Seccional de base estadual. É importante mostrar que esses profissionais se distribuem de forma desigual no Brasil. São Paulo concentra, hoje, quase 20% do total da categoria profissional. Amapá tem a menor concentração, com 0,4% dos profissionais. E, em termos regionais, a Região Sudeste congrega 42,5% dos profissionais.

O campo de atuação profissional, como eu já disse, é basicamente o das políticas sociais, com exercício de atividades de planejamento, gestão, execução e avaliação das políticas nas esferas públicas municipais, estaduais, distrital e nacional, também na esfera privada e em organizações não governamentais.

A nossa maior concentração, ainda que empiricamente, é nas políticas de assistência social e saúde. Esse é um dado que o recadastramento poderá nos dizer com maior firmeza. O José Crus mostrou a presença de 42 mil assistentes sociais, hoje, na assistência. Nós sabemos que, até meados da década passada, era a saúde que mais



concentrava assistentes sociais. Mas esses são dados que precisamos aferir. E esse recadastramento que faremos ano que vem nos dará esses dados.

É bom frisar também que, ainda que estejamos aqui falando do tripé da seguridade social, nós atuamos em vários outros campos profissionais, no campo sociojurídico, no campo da educação — inclusive há um projeto de lei que estamos acompanhando nessa área —, no campo habitacional, no campo da docência.

Já caminhando para o final, quero dizer que observamos que, ainda que tenhamos uma interiorização da profissão pelo Brasil, há uma precarização significativa do trabalho do assistente social em muitos Municípios. Nos 5.565 Municípios do Brasil há precariedade no trabalho profissional, e é pela melhoria dessa situação que lutamos.

O mesmo debate trazido pelo José Crus, na perspectiva da política da assistência social, acho que temos que fazer no tocante às outras políticas, a fim de enfrentar as formas precárias de contratação e de condições de trabalho dos assistentes sociais e de outros profissionais.

Dados levantados em 10 CRESS, que merecem ser aferidos mais efetivamente com o recadastramento, revelam um rebaixamento salarial em relação à pesquisa de 2005. Portanto, o acompanhamento dos projetos de lei que tramitam no Congresso também faz parte do nosso trabalho, das nossas atividades, da preocupação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais.

Nós temos acompanhado mais diretamente projetos como o PL 5.278/09, do piso salarial; o PL 3.688/00, que trata dos serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica; o PL 428/15, com a inclusão dos assistentes sociais nas equipes do Programa Saúde da Família; e o PL 430/15, que dispõe sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais.

Na verdade, o acompanhamento desses PLs faz parte também da agenda do conjunto CFESS/CRESS, no que nos somamos a vocês, tendo em vista enfrentar a precariedade do contrato de trabalho, a precariedade das condições de trabalho.

Cabe-nos também lembrar que temos a Resolução 493, que trata das exigências, das condições éticas e técnicas de trabalho, um instrumento de luta do assistente social, que tem que lutar por isso. Mas, ao mesmo tempo, sabemos que outras ações, outros enfrentamentos têm que ser feitos para garantir condições dignas para o exercício profissional, na perspectiva da audiência de hoje, a valorização da nossa profissão, a



qualidade dos serviços prestados e da atenção aos sujeitos das políticas sociais com os quais nós trabalhamos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço a participação ao Conselho Federal.

Quero informar que tudo o que foi apresentado pelo José Crus, bem como pela estimada Tânia está disponível no *site* desta Comissão, através da página da Câmara.

Convido para falar a Deputada Conceição Sampaio, para também compatibilizar sua participação aqui com a sua agenda nesta Casa. Ela vem dando uma grande contribuição a esta Comissão, na área da seguridade social, especificamente na área da assistência social. Ela tem o desafio de representar nesta Casa a Região Norte, especificamente o seu Estado, o Amazonas.

Concedo a palavra à Deputada Conceição Sampaio.

**A SRA. CONCEIÇÃO SAMPAIO** (Bloco/PSDB - AM) - Sr. Presidente, amigo Deputado Raimundo Gomes de Matos, na pessoa de quem quero cumprimentar todos os integrantes e todas as integrantes desta Mesa de trabalho, saudando com muito carinho os assistentes sociais deste Brasil, quero começar dizendo que não se muda o mundo sem mobilização. *(Palmas.)*

Certamente, no dia de hoje, vocês estão dando um grande passo para a vitória desses projetos de lei que tramitam nesta Casa.

Eu falava há pouco com a nossa querida assistente social da Federação que saco vazio não se põe em pé. Da mesma forma, sem voto, nós não vamos conseguir fazer com que esses projetos saiam do papel e contemplem, num futuro próximo, a realidade de cada um que aqui está. *(Palmas.)*

Por isso, Deputado Raimundo, é extremamente importante aproveitarmos este momento para debater esses cinco projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Quais são esses projetos? O que eles vão representar para a situação de cada família? Quando falamos do profissional de serviço social, não estamos falando da realidade de cada um que está aqui, não. Estamos falando do benefício que vocês vão trazer para o Estado brasileiro. É imprescindível ter a presença de vocês na educação, na



saúde, na segurança, porque vocês vão ajudar a transformar o Estado brasileiro. Mas aquilo que vocês recebem hoje é suficiente?

*(Manifestação na plateia: Não!)*

**A SRA. CONCEIÇÃO SAMPAIO** (Bloco/PSDB - AM) - Existe valorização de quem hoje está no serviço social?

*(Manifestação na plateia: Não!)*

**A SRA. CONCEIÇÃO SAMPAIO** (Bloco/PSDB - AM) - Esses projetos que aqui estão contemplam vocês?

*(Manifestação na plateia: Sim!)*

**A SRA. CONCEIÇÃO SAMPAIO** (Bloco/PSDB - AM) - Então, precisamos nos debruçar sobre esses projetos, para que, além do grande apoiador, que é justamente o Deputado Raimundo Gomes de Matos, nós possamos mobilizar todos os 513 Deputados da Câmara Federal a conhecerem esses projetos e darem seu apoio a eles, não só no discurso. Nós não queremos só discurso, nós queremos votos. *(Palmas.)*

Não aprovaremos aqui nenhum projeto, querida Deputada Moema, sem os votos dos colegas. Então, que possamos aproveitar o dia de hoje, que certamente já marca um divisor de águas, para conhecer os projetos que tramitam aqui e garantir que eles sejam contemplados na hora da votação.

Que nós possamos conhecer melhor o PL 5.278/09, que dispõe sobre o piso salarial do assistente social. *(Palmas.)* Esse é um projeto extremamente importante, como também o PL 3.688/00, que dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola deste País. Há também o PL 3.145/08, que dispõe sobre a contratação de assistentes sociais; o PL 428/15, portanto, recente, que dispõe sobre a inclusão obrigatória de assistentes sociais nas equipes do Programa Saúde da Família, programa extremamente importante neste País; e o PL 430/15, que dispõe sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais. *(Palmas.)*

Meus queridos e queridas, Sr. Presidente, vim aqui para hipotecar não só a minha solidariedade a vocês, mas o meu voto e o de todos aqueles que eu possa trazer para que nós tenhamos, num futuro bem próximo, a aprovação desses cinco projetos de lei. *(Palmas.)*

Quero fazer uma saudação também aos profissionais do serviço social do Amazonas que aqui estão. Nós sabemos a dificuldade que é sair do Estado do Amazonas



para vir a esta Casa, cobrar não um favor, mas um direito que vocês têm, um direito de ver este País transformado com o trabalho que vocês prestam.

Contem comigo, com o meu apoio, com o meu voto e certamente com o de todos aqueles e aquelas que traremos para que esta causa seja vitoriosa!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Gostaria de agradecer a participação à Deputada Conceição Sampaio. *(Manifestação na plateia.)*

Nós também queremos registrar a presença da Deputada Moema Gramacho e agradecer a S.Exa. a participação nesta audiência pública.

Dando sequência à reunião, passo a palavra para a Presidente da Federação Nacional dos Assistentes Sociais — FENAS, Sra. Maria Laura Carvalho Bicca. *(Palmas.)*

**A SRA. MARIA LAURA CARVALHO BICCA** - Bom dia, Deputado Raimundo. Bom dia, Deputadas.

É com muito orgulho que a FENAS está aqui hoje. Eu queria aproveitar este momento, baseada num princípio da Federação Nacional dos Assistentes Sociais, para trabalhar com a lição dos gansos: partilhando.

Gostaria de convidar a Margareth Alves Dallaruvera e a Adriana, representante do Mobiliza Brasil, para estarem aqui comigo, rapidamente, nos 15 minutos que nos foram dados.

Eu queria pedir a toda a Diretoria da FENAS aqui presente que se levantasse novamente, por favor, apesar de já terem feito isso há pouco. Peço o mesmo a todos do Mobiliza. Estes são, junto com o Deputado e a Comissão de Seguridade Social e Família, os que pediram a realização desta audiência.

O meu nome é Maria Laura Carvalho Bicca, do Rio Grande do Sul. Sou militante da FENAS quase desde a sua fundação e estou numa grande luta. Eu não sei se já chegaram o Agenor e os nossos membros fundadores.

Eu gostaria de cumprimentar as assessorias que já chegaram, e a Mesa, na pessoa da Tânia e do José Cruz, nosso amigo de longa data.

O movimento sindical aqui presente quer que esses projetos passem do sonho para a realidade. Não é mais possível que nós, assistentes sociais, trabalharmos em precárias condições, tendo sempre destinada para o nosso trabalho a pior salinha do espaço



público, sem a privacidade que o nosso usuário e nós merecemos para pensar, apesar de toda a pressão.

Foi citado aqui todo o trabalho com o SUAS. Eu cumprimento os envolvidos. Eu acho que se trata de uma construção belíssima para a saúde, com a qual eu estou sonhando — teremos um FETSUS e outros espaços. Mas essa união que a FENAS também propôs, de abertura do Movimento dos Trabalhadores do SUAS, ajuda, além de toda a contribuição que o serviço social deu ao longo dos anos para constituir o SUAS. Foram os assistentes sociais, com a sua bagagem, que conseguiram construir isso, naturalmente com a aliança que fizeram com os Parlamentares, desde a Deputada Erundina.

A FENAS reconhece que no nosso congresso, que está começando hoje, agora, de alguma forma — é parte do nosso congresso esta ação —, nós não queremos acabar com ninguém. Nós queremos o nosso espaço no mundo do trabalho e no mundo sindical respeitado, construído, em todos os Estados brasileiros. *(Palmas.)*

A Presidente do Sindicato do Amazonas está aqui. Queríamos ter trazido mais pessoas, mas, como elas não vieram, nós iremos até lá.

Nós queremos, Deputada Conceição, ir até lá, conversar com as colegas indígenas de Tabatinga, com todo mundo dos Estados Amazônicos. É mais fácil nós irmos até lá do que eles virem para cá. Mas eles estão sendo representados aqui. Este pequeno segmento neste auditório se torna muito maior, porque nós estamos representando a categoria de assistentes sociais.

Eu quero, dentro dos meus 15 minutos, dar a palavra para a representante do Mobiliza e para a Margareth, que é a pessoa que acompanha este processo historicamente. Quero dar a César o que é de César.

Nós precisamos construir um trabalho para que todo assistente social seja valorizado, não na retórica, mas de verdade. Quando ele defender um usuário, ele tem que ter o direito de fazer o que ele entende ser certo. Quando se vai ao médico, tem-se um diagnóstico. Nós também fazemos avaliações. Quando nós dizemos que não podemos dar "alta", é porque não se tem como fazer despejo e mandar a pessoa embora em qualquer condição, é porque nós sabemos o que estamos falando.

Este é um movimento diferente de qualquer movimento voluntário que já foi citado aqui e depois se acabou. Nós precisamos das 14 profissões na saúde que são



reconhecidas, dentre elas a assistência social. No setor da assistência, há 12 profissões, mas nós temos a nossa peculiaridade. Nós fizemos um curso superior, defendemos um trabalho de conclusão de curso e nos inscrevemos no Conselho para exercer o nosso papel. Nós temos um código de direitos e de deveres. Eu não faço o que eu quero; eu faço o que a minha profissão me garante.

No mundo sindical, o nosso trabalho é melhorar as condições de trabalho. Nós precisamos de um piso salarial mínimo nacional, para que não ganhemos só um salário mínimo. Quem ganha um salário mínimo são os menos preparados. Os assistentes sociais estão em outro nível. Nossa classe está cheia de doutores e mestres. Nós temos várias especialidades. Nós somos pessoas que transformamos a sociedade, não só por ideal, porque nós também temos ideal, mas também por conhecimento. Nós temos conhecimento. Nós estudamos e nos preparamos para isso. *(Palmas.)*

Portanto, eu queria dizer que esse é o trabalho que a FENAS tem realizado. E agora ela completa 15 anos. Os pioneiros não sabiam que isso era possível, mas foram lá e fizeram. Esta é a prova de que nós estamos crescendo. Cerca de 10 mil assistentes sociais estão no WhatsApp acompanhando estes projetos. Trata-se de um projeto de vida a que nós temos nos dedicado, porque nós acreditamos na potência dos assistentes sociais para melhorar a sociedade, para superar esta crise, para proteger o Brasil da miséria. Nós não queremos mais isso no Brasil. Nós podemos combater a crise e estamos aqui para fazer isso.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Vou pedir que a Margareth fale agora. Depois, rapidamente, a Adriana trará a mensagem do Mobiliza Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço à Laura a participação.

Passo a palavra à Margareth Alves Dallaruvera.

**A SRA. MARGARETH ALVES DALLARUVERA** - Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, quero dizer que estamos aqui para agradecer à Comissão, na pessoa do Deputado Raimundo Gomes de Matos, que recebeu o nosso ofício, em conjunto com o Mobiliza Brasil, solicitando a realização desta audiência pública. Na pessoa do Deputado Raimundo Gomes de Matos, cumprimos todos os Deputados da Casa.



Queremos cumprimentar também o José Crus, nosso companheiro de luta que atua no Departamento de Gestão do SUAS, e, na sua pessoa, cumprimentar todo o MDS pelo trabalho desenvolvido.

Cumprimento ainda a Tânia e, na pessoa dela, toda a diretoria do conjunto CFESS/CRESS.

Por fim, cumprimento carinhosamente a Maria Laura, nossa Presidente, e, na pessoa dela, toda essa militância aguerrida que está aqui junto com o Mobiliza Brasil.

Nesse pouco tempo que temos, quero parabenizar a Deputada e dizer que estávamos muito angustiados ali. Até para que a Mesa entenda qual a razão da angústia da plateia, esclareço que esta audiência foi solicitada para discutirmos os nossos projetos de lei.

A fala da Tânia foi pertinente, porque ela trouxe à luz o que é a profissão. Esta Casa precisa eminentemente saber diferenciar a profissão "serviço social" da política pública "assistência social", porque esse desconhecimento dói nos nossos ouvidos. E a assistência social não é exclusivamente dos assistentes sociais. *(Palmas.)*

No que tange à assistência social, há a Resolução nº 17. Estamos ouvindo toda hora — e me desculpem, Deputados —, inclusive os Sr. Parlamentares dizerem que profissional do serviço social é da assistência social. Nós somos profissionais, como disse a nossa Presidente, preparados e qualificados para atuar em todas as políticas públicas. Não dá para ficarem nos colocando no patamar de profissional exclusivo de uma política. Esta audiência foi solicitada para tratarmos dos nossos projetos de lei. Não dá, Deputado Raimundo! E o que pedimos à Casa é que desta audiência saiam frutos. Vir ao microfone defender a causa é muito bonito, mas o que vai ser materializado a partir daqui?

Daqui a pouco, vamos ouvir a Deputada Moema, que chegou aqui para ajudar nesse encaminhamento. Mas qual é o núcleo que será instituído para aprovar o nosso projeto de lei? Estou falando do projeto de lei do piso salarial. Deputado, nós temos concurso público, mas não adianta levantar a bandeira de concurso público. Queremos concurso para pagar um salário de 700 reais? Nós queremos dignidade! Queremos salários dignos! Não adianta o assistente social ter três ou quatro empregos em um Município, se juntando tudo não dá um salário digno! *(Palmas.)*

Nós precisamos, Deputado, que a Casa conheça a valorosa profissão de serviço social, que trabalha na garantia de direitos. Somos profissionais que garantimos direitos,





mas estamos tendo os nossos direitos aviltados. Nós não temos condições de trabalho. Contrata-se um assistente social para dar conta, às vezes, de um hospital!

Nós temos que ter um quantitativo. Infelizmente, o conjunto CFESS/CRESS tirou da sua relação um projeto importante para a categoria dos assistentes sociais. O PL 3.145/08 é uma história da nossa profissão. Nós vamos discutir isso no nosso congresso, junto com a base e com o Mobiliza Brasil. Sabemos que o Congresso Nacional alterou o quantitativo, mas temos que rever essa questão. Para isso, temos que ter maturidade política.

Temos que ter articulação para vir a esta Casa e fazer o que fizemos há 3 meses: bater de porta em porta para apresentar aos Deputados a importância da nossa profissão. Esse é o trabalho que o movimento sindical tem feito junto com o Mobiliza Brasil.

Quero, então, chamar a atenção, Deputados, para a importância do serviço social nesse contexto. O Congresso Nacional desconhece a nossa profissão. Os Parlamentares nos entendem ainda com aquela visão antiga do favoritismo, vinculados à assistência social. Nós precisamos romper esse paradigma na Casa e mostrar a importância da nossa profissão e o profissional que nós somos, para que possamos sair daqui com um indicativo.

Nesta audiência, vemos quase o Brasil inteiro representado. Há aqui pessoas de vários Estados. Só do Amazonas há três. Quase todos os Estados estão representados aqui. Queremos que saia desta audiência o indicativo efetivamente do nosso núcleo, que não é, Deputado Raimundo, o da Frente de Assistência Social, porque assistência social é política pública. Nós queremos o núcleo em defesa dos PLs da profissão de serviço social.

Como disse a Maria Laura, nós achávamos que era impossível, mas fizemos acontecer, porque temos garra e somos de luta, na luta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço à Margareth.

Passo a palavra à Adriana.

**A SRA. ADRIANA LACERDA** - Bom dia, sou Adriana Lacerda, assistente social no Ceará.



Eu queria cumprimentar as pessoas da Mesa, na pessoa do Deputado Raimundo Gomes de Matos, e os meus companheiros de luta que estão aqui.

Quero dizer que nós somos a esperança. Estamos aqui porque acreditamos. Ninguém sai do seu Estado para vir a Brasília para fazer pose ali na frente e tirar foto. Nós tiramos foto porque precisamos registrar os momentos.

O Mobiliza Brasil começou da iniciativa de assistentes sociais que, despretensiosamente, acreditavam que a nossa profissão merecia um espaço de luta ampliado, em que todos pudessem participar. O movimento entendeu que o arquivamento do PL 5.278/09 era um absurdo, porque nós precisávamos de salário digno.

Em janeiro, três assistentes sociais que não eram vinculados a nenhuma instituição, nem ao conjunto CFESS/CRESS, nem a nenhum sindicato, vieram aqui conversar com a Deputada Alice Portugal e conseguiram desarquivar o projeto. A partir daí, compreendemos que, por meio das mídias sociais, o Brasil poderia ser unificado. Então, vários assistentes sociais começaram a acessar o grupo de WhatsApp que criamos, chamado Mobilização Nacional pelo Piso Salarial.

Nós começamos com um grupo de 100 pessoas, e isso foi se multiplicando. Só na mobilização pelo piso salarial, conseguimos, em 3 meses, formar cinco grupos. Então, eram 500 pessoas falando da mesma coisa. E aí entendemos que esse grupo de WhatsApp precisava criar vida, porque, por trás da mídia social, existem pessoas que têm interesses, têm sentimentos e têm vontades. Os grupos foram se formando, fomos dialogando e criamos o Mobiliza nos Estados.

Quem começou esse movimento foi o Estado do Ceará. Contaminamos positivamente a Bahia, que está aqui representada pela Dôra e pela Gleice. (*Palmas.*)

Depois, contaminamos o Amazonas, Goiás e Distrito Federal, que se uniram a nós.

Nós estivemos aqui em junho — essa foi a primeira pauta do Mobiliza —, para conversar com o Deputado Pauderney Avelino e ver o que podíamos fazer de articulação. Já naquele momento, naquele primeiro contato, havia umas quatro regiões representadas. Havia gente do Nordeste, do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste. Começávamos a pensar na formação do núcleo, que foi uma proposta da Deputada Moema Gramacho numa reunião, no gabinete do Deputado Afonso Florence, com algumas representações de outros Deputados e de outras assessorias. Nós tivemos também uma reunião com o Deputado Raimundo Gomes de Matos, da Frente



Parlamentar da Assistência Social. Nessa ocasião, foi proposta esta audiência pública que aqui está, para lutar pelas coisas em que a nossa categoria acredita e que estão expressadas nos cinco PLs que nos representavam inicialmente, porque os nossos anseios hoje são muito maiores. Então, começamos a fazer visitas aos gabinetes para tentar angariar para a nossa luta pessoas que pudessem fazer com que esses PLs saíssem do papel e se transformassem em realidade, como bem disse a Deputada Conceição Sampaio, do Amazonas.

Depois nós deixamos uma agenda aqui e, em agosto, viemos para os 10 anos do SUAS com a proposta de lançar o núcleo. O núcleo não aconteceu, porque havia uma divergência de entendimento, mas fomos afinando nossas convicções em relação à necessidade de existência desse núcleo. Quando viemos em agosto, já éramos cinco regiões representadas. Todo o Brasil estava aqui conosco. Cada um dos assistentes sociais que vem para cá e é do Mobiliza não vem custeado por ninguém. Nós vimos por vontade própria, custeados pelo pequeno salário que ganhamos como assistentes sociais e acreditando que é possível representar os 161.023 assistentes sociais do Brasil, como disse aqui a representante do CFESS. Nós acreditávamos que cada um de nós poderia multiplicar-se e representar os 161.023 assistentes sociais com a nossa fala. Sabem por quê? Porque cada PL desses é um traço de esperança para nós, que nos formamos para ser assistentes sociais por convicção, por vocação, por uma série de motivos. Como disse a Maria Laura, nós estudamos. Não somos assistentes sociais porque somos moças e moços bonzinhos. Somos assistentes sociais porque acreditamos que o serviço social é uma profissão transformadora num país de extrema pobreza como este em que vivemos. Se o assistente social não for um dos profissionais de maior destaque neste País, então precisamos aposentar a nossa vontade, porque é esse profissional que vai na frente, abrindo os caminhos. (*Palmas.*)

É o assistente social quem diz realmente qual é o indicativo de mudança para as pessoas? É a profissão do assistente social, que mostra a essas pessoas que elas são pessoas de direito e que esse direito precisa ser efetivado.

Nós visitamos gabinetes, tivemos um momento com o Deputado Jorge Solla, que também demonstrou apoio, e continuamos a articulação nos Estados. O Mobiliza acontece no Estado do Ceará, no Estado da Bahia, no Estado do Amazonas. Abrimos



uma frente no Tocantins, que está chegando junto. Temos a expectativa de que, no Brasil, todos os Estados tenham seu espaço de mobilização.

Nas lutas sindicais, contamos com o apoio da Federação Nacional dos Assistentes Sociais — FENAS, com os sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Amazonas, Distrito Federal. Nós contamos com o apoio do Estado do Ceará, que é meu Estado. Nós lutamos juntamente com os sindicatos. Vários outros Estados estão se agregando à nossa luta, que é um campo aberto, que serve para dizermos por que nós existimos. Nós acreditamos tanto nisso que hoje estamos aqui.

Temos um grupo nacional que dialoga diariamente sobre isso. São 10.516 pessoas conversando sobre o assunto. Será que nós não temos força para levantar este País?

Quero dizer a todos os integrantes da Mesa que ouvi tudo o que foi dito e lamento que nós tenhamos passado muito tempo nesta conferência ouvindo o que nós assistentes sociais já sabemos, ou seja, que existem normativas que ampliam a perspectiva do assistente social no Sistema Único de Assistência Social — SUAS, que foi construído por nós. Estávamos lá! Eu estava em Sergipe, na última reunião antes de realmente começarmos a discutir o SUAS. Nós sabemos o que é o SUAS, sabemos que ele amplia os espaços.

Há um esforço para acabar com a precarização do vínculo, mas esse esforço não está acontecendo. No Município de Maranguape, no Estado do Ceará, o concurso para assistente social oferece um salário de 788 reais. Isso é um salário mínimo! Nós conhecemos a história de uma assistente social que foi denunciada por corrupção por receber Bolsa Família. Quando uma colega também assistente social foi visitá-la, constatou que ela era usuária do serviço, porque o que ela ganhava não era suficiente para manter a família. É uma vergonha um profissional que luta pelo direito de todos precisar ser usuário da política que ele defende! (*Palmas.*)

Nós militamos em todas as frentes. Nós estamos em todos os lugares. Quem estiver disposto a vir para a luta venha, porque a nossa vontade é não nos calar! Nós não vamos nos calar aqui em Brasília nem em nossos Estados. Enquanto existir um assistente social que não conheça esse PL, nós vamos continuar falando e vamos dizer: quem quiser vir conosco venha, porque a nossa base é forte! Nós precisamos muito acreditar nisso para avançar.



Colegas assistentes sociais que estão aqui, levantem-se e lutem! Levantem-se comigo e lutem! Essa luta é o que vai garantir a vitória!

Peço aos políticos que estão aqui que nos representem, porque nós somos uma categoria que também representa as políticas que V.Exas. aprovam.

Muito obrigada pelo espaço. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Antes de passar a palavra para a Deputada Moema Gramacho, eu quero afirmar que são necessárias todas as estratégias.

Só há um PL pronto para ir ao Plenário. Aqui na Casa, vocês têm acompanhado a mobilização de outras categorias, como os servidores da Advocacia-Geral da União, os servidores públicos federais, os agentes de combate a endemias, os agentes comunitários de saúde. Essa mobilização tem que ser constante. Não adianta nós fazermos esta audiência pública e vocês passarem 2 meses, 3 meses, 4 meses, 5 meses desaparecidos.

A partir desta audiência pública, nós precisamos ter estratégia. O Presidente Antonio Brito já assumiu o compromisso de, na próxima quarta-feira, na Comissão de Seguridade Social, colocar em votação o Projeto de Lei nº 428, de 2015. Depois que for votado na Comissão de Seguridade Social, esse PL vai para a Comissão de Finanças e Tributação e, depois, para a Comissão de Constituição e Justiça.

Esta aqui é a lista dos membros da Comissão de Seguridade Social. Então, para a votação de quarta-feira, nós precisamos manter contato com estes Parlamentares.

O Projeto de Lei nº 430, de 2015, está na Comissão de Trabalho. Nós temos que pegar a lista dos membros da Comissão de Trabalho e cobrar dos Deputados e das Deputadas dessa Comissão a prioridade para esse projeto de lei ser votado. Precisamos trabalhar com o Presidente da Comissão de Trabalho, o Deputado Benjamin Maranhão, da Paraíba, para que coloque o projeto em pauta.

O Projeto de Lei nº 3.688, de 2000, está pronto para ir ao Plenário. Ele já passou por todas as Comissões. Então, é preciso conversar com os 28 Líderes: o Líder do PSOL, o Líder do PT, o Líder do PMDB, o Líder do DEM, o Líder do PSDB, etc. É preciso fazer isso para que, na reunião com o Presidente, os Líderes solicitem que o projeto seja pautado. Quantos projetos estão prontos para entrar na pauta? Vários! Tem que haver



uma mobilização constante, toda terça-feira, quarta-feira, quinta-feira. Nas terças-feiras, ocorrem as reuniões para tratar da pauta. Há vários projetos prontos para entrar na pauta.

Dois desses projetos estão na Comissão de Trabalho: o Projeto de Lei nº 3.145, de 2008, e o Projeto de Lei nº 430, de 2015. Então, a primeira tarefa é conversar com o Presidente da Comissão de Trabalho, o Deputado Benjamin Maranhão, para tentar priorizá-los. Após conversarem com o Presidente, é preciso trabalhar com os membros a respeito da votação.

O projeto que dispõe sobre o piso está pronto para ir ao Plenário. Então, é preciso haver um diálogo com os 28 Líderes que compõem a Câmara Federal. A articulação precisa ser feita sistematicamente.

O que nós fizemos com relação a outras categorias? A cada mês, um Estado era responsável pela mobilização.

Em 2009, quando eu apresentei a proposta de emenda à Constituição que tratava do piso dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias, muitos achavam que não conseguiríamos aprová-la. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate a endemias têm muito menos força de mobilização do que vocês, mas eles fizeram um rodízio para estarem presentes aqui todas as semanas, todos os meses. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate a endemias já mudaram a Constituição duas vezes. Para mudar a Constituição, são necessários votos favoráveis de 308 Deputados e 49 Senadores.

A ideia do Mobiliza é de suma importância para que haja essa capilaridade. Deve haver a compreensão de que vocês precisam fazer parte do sindicato, precisam se filiar, porque haverá despesa com passagem, com hospedagem. Vocês conhecem esta Casa e sabem que ela é imprevisível. O trabalho começa às 8 horas da manhã, às 10 horas da manhã e termina às 23 horas, à meia noite, enfim, a Casa não tem horário certo.

Precisamos da força e da persistência de vocês para avançarmos nessa matéria. Precisamos dialogar com vocês e dar essas orientações para que sejam montadas todas essas estratégias.

Passo a palavra à nossa Deputada Moema Gramacho.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** (PT - BA) - Bom dia a todos.

Estou vendo que aqui a maioria é de mulheres.



**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Eu vou apresentar um projeto de lei para implementar cota para os homens. *(Risos.)*

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** (PT - BA) - Eu queria começar cumprimentando o José Crus, representante do Ministério do Desenvolvimento Social; o Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social; a Tânia Maria, representante do Conselho Federal de Serviço Social.

Cumprimento também a Maria Laura, que foi muito habilidosa — as mulheres são assim: quando uma sobe, puxa a outra. Então, a Maria Laura, quando veio para cá, puxou logo a Adriana e a Margarete. É importante ver como as mulheres são unidas. Isso foi muito legal, porque conseguimos ouvir as três e, efetivamente, foi muito importante a colocação que todas as três fizeram. Parabéns a todas vocês!

Por fim, quero cumprimentar todos os integrantes do Mobiliza que estão aqui. *(Palmas.)*

Eu não estava aqui quando o representante do MDS falou, mas eu queria me somar ao MDS e ao Governo Federal como um todo para fazer um grande agradecimento às assistentes sociais e aos assistentes sociais do Brasil. Nós não teríamos tirado 42 milhões de pessoas da pobreza extrema se não fosse pela força, pela luta e pelo trabalho dos assistentes sociais! *(Palmas.)*

Os Municípios têm que agradecer a esses profissionais, a essas profissionais. São eles que fazem esse trabalho efetivamente acontecer, através do cadastro, através da busca, através da busca ativa, através da sensibilidade desses profissionais. Portanto, eu quero fazer esse agradecimento.

Eu poderia agradecer apenas pela retirada de 42 milhões de pessoa da pobreza — o que já é muita coisa —, mas eu quero agradecer também pelos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS, pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social — CREAS, pelo Programa Saúde na Família — PSF, pelo Mais Médicos, por todas as ações que são feitas através das diversas políticas públicas.

Eu poderia citar também o Minha Casa, Minha Vida. Às vezes, esquecemos que o Minha Casa, Minha Vida já entregou mais de 2 milhões de casas, está entregando mais 1 milhão e 700 casas e vai entregar mais 3 milhões de casas. Com a força da nossa Presidenta Dilma e com fé em Deus, foi possível fazer isso, porque também houve um



trabalho das assistentes sociais no mapeamento e no cadastro das famílias que mais precisam ter acesso à casa própria. *(Palmas.)*

Eu poderia falar dos Centros de Atenção Psicossocial — CAPS. Como foi importante o trabalho dos assistentes sociais em todos os CAPS: CAPS Infantil, CAPS AD, CAPS para tratar a saúde mental! Portanto, ressalto todo o trabalho do CAPS feito através dos assistentes sociais.

Ao fazer esse agradecimento, eu fico pensando: como é que um projeto que quer fazer com que haja a introdução oficial dos assistentes sociais nas escolas ainda não foi votado nesta Casa? Esse projeto é de 2000! Esse projeto tem 15 anos! Será que não chegou à consciência dos Deputados desta Casa, ao longo desses 15 anos, o quanto é importante a assistência social nas escolas? Não votam um projeto como esse, que está aqui há 15 anos, mas votam a redução da maioria penal! *(Palmas.)*

Como é que votam a redução da maioria penal e não querem cuidar das nossas crianças dentro das escolas? Quem vota pela redução da maioria penal não vota para acabar com os autos de resistência, que têm executado os nossos menores. Poderíamos fazer um trabalho cada vez maior com as assistentes sociais, com os assistentes sociais, nos bairros.

Estamos vivendo uma inversão de prioridades nesta Casa: vota-se o que não presta, mas não se vota aquilo que é de direito, aquilo que é para atender aos anseios dos assistentes sociais. *(Palmas.)*

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me pronunciar aqui. Eu estava na reunião da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual faço parte. A Frente está sendo relançada agora, mas eu não poderia ficar lá e não vir aqui falar para vocês. Eu não estou satisfeita por ter perdido a reunião lá, mas estou satisfeita por estar aqui com vocês.

Esses projetos precisam de uma atenção especial. Enquanto eu estava falando, ouvi uma companheira gritar: "E o piso?" Cadê o piso dos assistentes sociais? Cadê o piso desses profissionais? É preciso colocar em pauta, na Ordem do Dia, o projeto que trata desse piso. Como disse aqui a companheira que me antecedeu, não podemos permitir que assistente social tenha que receber Bolsa Família para garantir o sustento de sua família porque o seu salário não dá para sustentá-la. *(Palmas.)*





Esse é um problema social do qual precisamos cuidar. Há necessidade de aprovação do piso; há necessidade de aprovação da inclusão dos assistentes sociais no Programa Saúde da Família e nas escolas. O Programa Saúde da Família não pode existir sem o trabalho do assistente social, porque é ele quem conhece a realidade do Município, a realidade do bairro onde acontece o PSF. Por isso, é necessária a inclusão desse profissional nesse setor. *(Palmas.)*

Adentrou aqui o companheiro Samir, assessor do Deputado Afonso Florence.

Temos trabalhado essa possibilidade juntamente com outros Deputados. Não queremos fazer um paralelo com a Frente; queremos que, dentro da Frente, exista um núcleo que diga: *"Chega! Está na hora de priorizar esses projetos! Vamos, juntos, nos mobilizar para que esses projetos sejam tocados!"*

Assim, vamos poder discutir os Projetos de Lei nºs 5.278, de 2009; 3.688, de 2000; 3.145, de 2008; 428, de 2015; 430, de 2015. *(Palmas.)*

Eu não quero saber de número! Eu quero é que isso vá para a pauta! Nós queremos isso na pauta!

Precisamos do convencimento de todos os Deputados desta Casa! Chega de botar coisa que não presta para votar naquele plenário! Vamos levar para votar no plenário o que é de interesse da população e dessa categoria. Eu quero saber que setor não precisa de um assistente social.

Precisamos entender que, para isso acontecer, precisa haver piso, precisa haver valorização do profissional.

Portanto, vamos juntos nos mobilizar para garantir a vitória!

Um grande abraço para vocês. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Queremos ressaltar a importância da participação da Deputada Moema, essa batalhadora que conhece também todas as vulnerabilidades da área da assistência social.

Nós precisamos estabelecer estratégias. Para conseguirem a aprovação desses projetos, vocês precisam estar presentes aqui nas Comissões para que, através desse grupo, possamos dialogar com os Deputados e as Deputadas. É importante o contato com o Presidente da Comissão. O Presidente Antonio Brito esteve aqui e se comprometeu a colocar em pauta, na quarta-feira, a proposta de inclusão na saúde.



Agora precisamos desarquivar o projeto da inclusão nas escolas. É vergonhoso, Deputado, ver que a Comissão de Educação desta Casa votou contra esse projeto. Isso aconteceu por ene fatores, inclusive por falta de mobilização.

Portanto, a mobilização se torna importante. Na hora em que essa matéria chegou à Comissão de Educação, os professores, os sindicatos, a associação de professores, todos disseram: *"Não! Isso vai tomar o nosso espaço, vai tirar o nosso dinheiro"*. Enquanto isso, nós ficamos de braços cruzados. Assim, por unanimidade, o projeto foi rejeitado na Comissão de Educação, como se os Parlamentares não fossem conhecedores das necessidades e da vulnerabilidade da categoria.

Ainda ontem, o Ministro Aloizio Mercadante esteve na Comissão de Educação e afirmou que há muitos profissionais da área de educação que estão sendo desestimulados, principalmente em alguns Municípios, a dar aula no terceiro turno, por causa da vulnerabilidade social que está existindo, da agressividade na sala de aula. Os professores, no exercício das suas atividades, não têm todo o conhecimento para dialogar com as famílias e fazer a integração social.

É necessário haver esse contato visual com vocês. Isso é importante, porque identifica a categoria. O nome Mobiliza Brasil também é importante.

Lamentamos a ausência do Ministério do Planejamento, porque é importante haver essa intersetorialidade.

Com relação à inclusão na educação, o nosso dever é manter contato com os 28 Líderes dos 28 partidos. Não depende mais de Comissão, só depende do Plenário.

Sobre a matéria que dispõe sobre as condições de trabalho, o primeiro contato é com o Deputado Benjamin Maranhão, que é o Presidente da Comissão de Trabalho. O Projeto de Lei nº 3.145, de 2008, está na Comissão de Trabalho. Nós precisamos ver quem é o Relator ou a Relatora e manter contato com o Presidente Benjamin Maranhão. Se for necessário realizar audiências públicas, nós vamos nos mobilizar para isso.

Na época do pleito dos agentes comunitários de saúde, nós conseguimos lotar este plenário e todas as galerias. Houve uma ocasião em que o Ministério da Saúde foi contra, e o Ministro não conseguiu sair daqui enquanto o Ministério da Fazenda não veio. Por quê? A categoria se mobilizou e não havia espaço para o Ministro sair. Foi aí que o Presidente Henrique Eduardo Alves chamou o Ministro à Presidência da Casa para fazer um diálogo com a categoria.



O mais importante é fazemos isso ordeiramente. Vocês têm toda a compreensão de que precisamos fazer as nossas reivindicações e lutar pelos nossos direitos, mas ordeiramente, que é para termos ganho.

Com relação ao piso, o PL foi pensado a outro projeto. A Presidente da Comissão na qual está o projeto é a Deputada Soraya Santos, do PMDB do Rio de Janeiro. Esse projeto do piso voltou para a Comissão de Finanças e Tributação, em virtude da Proposta de Emenda à Constituição nº 172, de 2012, aprovada nesta Casa. Segundo essa PEC, o Congresso Nacional não pode aprovar nenhum encargo para Municípios e Estados sem indicar a fonte do recurso.

Em virtude da aprovação dessa PEC, o Projeto de Lei nº 5.278 está com o Deputado Pauderney Avelino, que foi designado Relator. A Presidente da Comissão é a Deputada Soraya Santos.

Nesta Casa, nós temos uma obrigação: dizer "sim" ou "não"; votar a favor ou votar contra. Mas a categoria precisa se mobilizar para que haja consenso e o projeto seja colocado em pauta. Nós temos o nosso dever de casa, mas vocês também têm um dever de casa importante, que depende muito mais da articulação do conselho, da federação, da categoria. É preciso realizar as mobilizações necessárias para que essas matérias andem. É como Deputada Moema falou: este projeto é de 2000! Pode até ser que, em 2000, não houvesse a compreensão, a visão que há hoje. Não havia Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, não tínhamos o SUS implantado. Talvez, naquela época, tenha sido prudente dizer que não era preciso, mas hoje não há justificativa para vocês não estarem presentes nas unidades escolares, nas unidades de saúde.

No Nordeste — quem não for de lá deve estar acompanhando pela imprensa —, há a questão da microcefalia, que é grave. Aqui 99% da plateia são mulheres. O que aconteceu? Em virtude da vulnerabilidade do sistema de saúde no combate à dengue, apareceu um vírus chamado zika, que está pegando carona no mosquito da dengue. O mosquito da dengue está infectando as pessoas e, infelizmente, esse vírus está conseguindo passar pela placenta. Ontem à noite tivemos uma reunião com o Ministro da Saúde para tratar desse problema. A FIOCRUZ está fazendo um estudo para comprovar a ligação do zika vírus com essa anomalia.

A presença de vocês nas unidades de saúde vai auxiliar muito a orientação. O Ministério da Saúde está até temeroso em como dialogar com a sociedade. "Não



*engravide! Use roupa de manga comprida! Use repelente!"* — apenas dizer isso não é suficiente. Precisamos de estratégias de grande envergadura.

A situação é imprevisível. Segundo o relatório divulgado ontem, já há mais de 700 casos. Essas pessoas que estão sendo diagnosticadas com o vírus agora foram infectadas pelo mosquito há 5 meses, 6 meses. Quantas pessoas estão tendo acesso ao exame de ultrassom hoje, para depois detectar a doença? Qual é a estratégia que vamos usar depois que tivermos esse contingente de crianças? É preciso um cuidado especial na escola, na família. É preciso haver toda uma orientação. Por isso, temos que integrar essas políticas.

Na pauta não consta o projeto sobre a estrutura do CRAS, mas é importante nos mobilizarmos também em relação a isso. É como a Deputada Moema falou: cria-se o Programa Minha Casa, Minha Vida, mas cadê o equipamento social? No Minha Casa, Minha Vida, há pessoas de vários níveis, de várias localidades. Então, o nosso projeto é para que, numa construção do Minha Casa, Minha Vida com mais de mil casas, seja garantida a construção do CRAS, conforme a política nacional.

Em relação aos recursos do FGTS, é preciso autorizar o Ministério, na sua programação, a alocar dinheiro para garantir o financiamento do CRAS, para que não fique dependendo só de emendas individuais no orçamento. Por exemplo, lá na Comissão — eu estava até dizendo isso para a Ministra —, quem destinasse mais de cinco emendas para o CRAS deveria ganhar uma. Eu destinei oito emendas para os CRAS. Estão sendo construídas oito unidades lá no Ceará. Portanto, eu deveria ganhar duas emendas de bonificação. *(Risos.)*

Portanto, existe toda uma necessidade de mobilização.

Então, nós queremos lhes dizer da suma importância que teve e tem o fato de toda esta Comissão ter acolhido essa nossa solicitação, que foi fruto de diálogos com a Margarete, com a Laura, com a Tânia, com o Ministério. Eu acho que este é um pontapé inicial para que tenhamos um ganho, um fortalecimento, um reconhecimento desta Casa a todo o trabalho que é feito através dos senhores na área das políticas sociais do nosso País.

Agradecemos a presença do nosso consultor e de todos os senhores. Desejo-lhes sucesso nas mobilizações.

Antes de finalizar, indago se alguém quer fazer mais alguma observação.



**A SRA. ADRIANA LACERDA** - Nós temos dois encaminhamentos que gostaríamos que fossem consolidados a partir daqui. Um deles diz respeito à criação do núcleo de valorização da profissão do assistente social. A outra solicitação é que o MPOG nos receba. O Ministério do Planejamento recebeu o encaminhamento do Deputado Pauderney Avelino, quando nós estivemos aqui solicitando informações sobre o impacto financeiro. Já que V.Exa. disse que foi aprovada a Emenda Constitucional nº 172, nós temos que indicar quais são as fontes que vão nos pagar. Nós precisamos dessa orientação do MPOG para o Deputado Pauderney Avelino fazer seu parecer, e o MPOG não se manifesta desde julho. Nós precisamos de uma audiência com o MPOG para saber por que eles não se manifestaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Como essa matéria está na Comissão de Finanças e Tributação, a ideia seria promovermos uma audiência pública na CFT, para que nós pudéssemos conversar com a Deputada Soraya. A Deputada Moema fará essa articulação com a Deputada Soraya Santos para que se possa promover essa audiência pública lá e chamar o Ministério para...

**A SRA. ADRIANA LACERDA** - Nós estamos deixando aqui esse encaminhamento, assinado por todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Isso é importantíssimo. Inclusive, isso servirá para a nossa Comissão. O Diógenes vai receber esse material para que o nosso Presidente, a partir desta audiência pública, no âmbito da Comissão, já comece a normatizar a questão do núcleo e resolver a questão do Ministério.

Agradeço a todos.

Está encerrada a presente sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)